



Superior Tribunal
Militar

2º SIMULADO ESPECIAL

STM

Analista Judiciário - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial STM (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TXHzCgTs2zpummwx5>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uskW>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO₂ que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com

força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, o controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
2. De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
3. Segundo o texto, somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.

4. Depreende-se que a maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
5. Segundo o texto, os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.
6. Nesse texto, o autor opina com base em argumentos factuais.
7. O autor do texto limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

8. Os sentidos e a correção gramatical do trecho “Tudo deveria estar ligado a sintomas” seriam preservados caso fosse reescrito da seguinte forma: **Tudo deveria estar relacionado à sintomas**.
9. No trecho “A verdade do que se dissera”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
10. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido explicativo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
11. Em “nomes de cantores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida com o termo “equipes”.
12. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** prejudicaria a correção gramatical.

13. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.

14. É facultativa a conjugação no singular ou no plural da forma verbal em “ao menos 75% dos entrevistados afirmaram”. Ambas as possibilidades manteriam a correção gramatical.

15. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “No entanto, nenhum imunizante está disponível para a população” fosse assim reescrito: **Portanto, não há ainda imunizante disponível para a população**.

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

16. Após denúncia do Ministério Público Militar, um capitão-de-corveta da Marinha é acusado de peculato em concurso com três terceiros civis. Antes do recebimento da denúncia, ele é promovido a capitão-de-fragata. Considerando que a conduta imputada ocorreu no exercício da função militar a bordo de navio da esquadra em missão internacional, a lei determina que o processo seja julgado por Conselho Especial de Justiça formado por um(a) juiz(a) federal da Justiça Militar, dois oficiais-generais e dois oficiais-superiores sorteados, podendo a sessão ser realizada fora da auditoria-sede se assim deliberar o STM, por motivo de ordem pública ou de interesse da Justiça.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

- 17.** Para sanar erro inescusável praticado por juiz federal da Justiça Militar, a correição parcial pode ser requerida pela parte diretamente ao Superior Tribunal Militar; recebido o requerimento, o juiz militar limitar-se-á a certificar o protocolo e a suspender o curso do processo até que o STM delibere sobre o ato impugnado, sem necessidade de ouvir a parte contrária.
- 18.** O pedido, formulado por autoridade militar, de substituição de juiz-militar que integra Conselho Permanente de Justiça — quando fundado em “relevante interesse da administração militar” — deve ser dirigido diretamente ao Superior Tribunal Militar, onde será autuado e distribuído; antes de submetê-lo ao Plenário, o relator ouvirá o Ministério Público Militar, e somente após decisão plenária a substituição poderá ocorrer, sendo vedado ao juiz federal da Justiça Militar adotar qualquer providência ou intermediar o expediente.
- 19.** A túnica verde-oliva (padrão 5º Z-1) constitui uniforme privativo dos Ministros militares oriundos do Exército e, em consequência, não pode ser utilizada pelos Ministros militares da Marinha ou da Aeronáutica nas sessões do Tribunal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO**

Fabiano Pereira

- 20.** De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Após se aposentar, o agente público fica livre das sanções previstas no conjunto de normas disciplinares estipulado pela Lei nº 8.112/1990.

- 21.** De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No contexto da prescrição aplicada à ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 determina que o início de um processo disciplinar suspende a contagem do prazo prescricional, permanecendo assim até que seja emitida a decisão definitiva pela autoridade competente.

- 22.** De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020*Tiago Zanolle*

23. Configura assédio moral, para fins da Resolução n.º 351/2020, toda e qualquer conduta abusiva que degrade relações socioprofissionais, desde que o agente atue com intenção inequívoca de causar dano à vítima.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021*André Rocha*

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

24. Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021*Ricardo Torques*

25. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

A implementação de medidas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão tem como premissas a adoção da adaptação razoável, como regra geral, e do desenho universal, quando justificável.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

26. As organizações possuem valores éticos que orientam suas ações, decisões e cultura organizacional.

Acerca da Lei nº 8.429/1992 e suas alterações e atos de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

27. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

28. As disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade, aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa e intencionalmente para a prática do ato de improbidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

29. “A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O referido conceito reflete o pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

30. A norma constitucional que assegura o direito de resposta possui eficácia limitada e aplicabilidade diferida, necessitando, portanto, da promulgação de legislação ordinária para a efetiva proteção desse direito.

31. João e Maria estavam discutindo a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos consagrados na Constituição Federal, desse debate concluíram corretamente que o direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

32. Indivíduos que possuem mais de uma nacionalidade são chamados de multinacionais, polipátridas ou heimatlos.

33. Situação hipotética: Agnaldo, deputado estadual, almejava apresentar projeto de lei para disciplinar o exercício de determinado direito, de grande importância para a população do Estado Beta. Ao consultar sua Assessoria Jurídica, foi informado que a competência legislativa para legislar sobre a matéria era concorrente com a União, bem como que esse ente ainda não tinha editado nenhuma lei sobre a temática.

Assertiva: Agnaldo poderá elaborar projeto de lei, legislando de forma plena, sendo que a lei resultante pode vir a ter a eficácia suspensa no caso de sobrevir lei federal sobre normas gerais que dele destoe.

34. É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

35. O Tribunal de Contas da União será integrado por nove Ministros, entre os quais dois terços serão indicados pelo Presidente da República.

36. O poder judiciário possui garantia de natureza orgânico-administrativa, dessa forma, podem os tribunais superiores, diretamente, alterar o número de membros dos tribunais inferiores.

37. O Ministério Público detém autonomia funcional e administrativa, e pode propor ao Poder Legislativo: a criação e a extinção de cargos, a sua política remuneratória, os seus planos de carreira, bem como escolher o procurador-geral da República

38. O Poder Constituinte Originário é inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado, sendo capaz de criar uma nova ordem jurídica de acordo com sua conveniência, independentemente de normas ou limitações anteriores.

39. A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, implica na suspensão dos direitos políticos, o que por sua vez impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, independentemente da infração penal praticada.

40. A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

Com base no Código Penal Militar (CPM), doutrina e jurisprudência relacionados, julgue os itens abaixo.

41. Para se reconhecer qual é a Lei mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas em conjunto, de modo que a lei penal militar seja aplicada da forma mais favorável possível ao agente.

42. Ao crime tentado, diferente do que é previsto no Código Penal Comum, o CPM prevê que, em caso de excepcional gravidade, o juiz poderá aplicar a pena do crime consumado.

43. Será considerado insubmisso aquele que deixar de apresentar-se, quando convocado, à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação. Estando, dessa forma, o agente sujeito à pena de impedimento.

44. Está sujeito a mesma pena do crime de deserção o agente que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

45. Incorrerá no crime de abandono de posto o agente militar que abandonar, mesmo com ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado para atuar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

46. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o prazo para conclusão do inquérito policial militar quando o indiciado estiver solto será de 20 dias.

Quanto à aplicação da Lei Processual Penal Militar, julgue os itens de 47 a 49

47. O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.

48. Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.

49. Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar poderão ser supridos pela doutrina.

50. Quanto à ação penal militar condenatória na justiça militar, julgue o item abaixo:

A ação penal militar condenatória é sempre pública, mas a regra constitucional admite a ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública na ocorrência de inércia do Órgão ministerial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos sobre Acesso à Informação e Dados Pessoais, julgue os itens a seguir.

51. Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela administrativa de direitos fundamentais, mas não à tutela judicial.

52. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade divulgará, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, anualmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, contendo informações específicas sobre cada solicitante.

53. É expressamente autorizado o tratamento de dados pessoais sensíveis, a exemplo daqueles relativos à saúde, para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

Tomando por base a disciplina normativa das licitações públicas, julgue os itens a seguir.

54. Fundação pública qualificada como agência executiva pode contratar diretamente serviços de manutenção de seus veículos automotores que sejam inferiores a R\$ 200 mil, desde que o somatório da despesa realizada pela unidade gestora, com objetos de mesma natureza, não ultrapasse tal valor no exercício financeiro.

55. A utilização do credenciamento é cabível em contratações cujo objeto pertença a mercados fluidos.

56. Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens móveis ou de bens imóveis inservíveis a quem oferecer o maior lance.

57. Na busca pela economicidade das contratações de prestação de serviços, a Administração Pública pode definir, como forma de pagamento exclusiva, o reembolso dos salários pagos aos terceirizados.

Tomando por base a disciplina atinente aos agentes públicos, à organização e à responsabilidade do poder público, julgue os itens a seguir.

58. A caracterização da responsabilidade civil, tomando por base a teoria da culpa administrativa, exige a comprovação do dano sofrido, da culpa do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal.

59. A responsabilidade do Estado quanto à reparação dos danos sofridos pelo particular é integralmente excluída pela existência de culpa concorrente.

60. O subsídio dos procuradores municipais é limitado ao subsídio do prefeito municipal.

61. O servidor estável que perder o cargo em razão do excesso de despesa com pessoal, nos termos regulamentados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), faz jus a uma indenização, que equivale a um mês de remuneração para cada ano de serviço.

62. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, será afastado do cargo, emprego ou função, permanecendo filiado ao regime próprio de previdência social no ente federativo de origem, caso seja segurado.

63. Toda empresa pública brasileira, seja exploradora de atividade econômica ou prestadora de serviço público, está abrangida pela vedação constitucional à acumulação remunerada de cargos públicos.

Tomando por base a disciplina atinente às contratações públicas, julgue os itens a seguir.

64. É vedado à Administração conceder ponto facultativo aos seus terceirizados, isto é, aos trabalhadores da empresa contratada.

65. Serviços considerados continuados são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado.

66. É vedado à Administração direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas.

67. Atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

68. Fiscalização administrativa consiste no acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

69. Fiscalização Setorial é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos daquele setor.

70. O encargo de fiscal de contrato não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal.

71. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, caso em que a empresa tem o dever de designar outro para o exercício da atividade.

Considerando as disposições do Decreto nº 11.531/2023 e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 relativas a convênios e instrumentos congêneres, analise os itens que se seguem.

72. Convênio consiste no instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

73. Contrato de repasse diz respeito ao instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros a ente público estadual, distrital ou municipal, ou a entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, em regime de mútua cooperação.

74. O contrato de repasse deve ser assinado pela mandatária da União e pelo conveniente e, quando houver, pela unidade executora ou interveniente.

75. Acordo de adesão é instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em mútua colaboração, no qual não ocorre a transferência de recursos financeiros.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

76. Julgue o item que se segue:

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que define as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas governamentais, com recursos, indicadores e metas para cada área de atuação. Por ser um planejamento de longo prazo, tem duração de 4 anos.

77. Segundo a Constituição Federal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre suas competências, tratar sobre as alterações na legislação tributária.

78. A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

79. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio da especificação.

80. O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

81. A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por considerar as necessidades financeiras das unidades, além de ser dissociado o planejamento do orçamento.

82. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O plano plurianual deve estabelecer, de forma nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

83. No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte.

Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.

84. Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsequente.

O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo admitida, entretanto, sua incorporação no crédito orçamentário quando for suplementar ou especial.

85. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

86. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação

87. Segundo a LRF, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

88. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando um ente estatal propõe, no orçamento, investir em infraestrutura para suporte de água e energia em uma determinada região, trata-se de uma atividade do âmbito da função distributiva.

89. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando o governo promove políticas econômicas para fomentar o pleno emprego e o fortalecimento econômico, diante da incapacidade do mercado em promovê-los. Essa ação do Estado está baseada na função distributiva.

90. Segundo a CF, julgue o item que se segue:

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.

91. O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

92. O princípio da unidade diz que todas as receitas e todas as despesas devem contar da LOA.

93. O princípio da universalidade afirma que as receitas e despesas sejam colocadas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

94. O princípio da unidade diz que o orçamento deve ser uno, o que é evidenciado por uma única peça orçamentária.

95. Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue o item seguinte.

O princípio da exclusividade veda expressamente que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Douglas Schneider

Julgue o item a seguir, acerca da evolução da administração pública e dos modelos de gestão pública.

96. A administração pública patrimonial tem como principal marca a apropriação privada dos bens públicos.

Julgue o item abaixo, relacionado aos comportamentos organizacionais, ao empreendedorismo no setor público e às semelhanças e diferenças entre gestão pública e privada.

97. Assim como as empresas privadas, as organizações públicas almejam contribuir para o bem-estar social e o interesse coletivo.

No contexto da excelência em serviços públicos e da gestão estratégica orientada a resultados, julgue o item a seguir.

98. O planejamento estratégico na administração pública deve incluir, além de outros fatores, a análise das interações de um órgão com seus usuários, o governo e os servidores públicos.

Avalie a afirmação abaixo, relacionada ao empreendedorismo no governo e à atuação de lideranças inovadoras no serviço público.

99. O empreendedorismo governamental no Brasil, similar ao privado, conta com ampla liberdade para a execução de suas ações estratégicas.

A gestão de pessoas por competências é amplamente utilizada no setor público global, inclusive no Brasil. Nesse contexto, julgue a assertiva subsequente.

100. São fundamentos da gestão de pessoas por competências: alinhamento estratégico entre RH e objetivos organizacionais; consistência nas políticas de RH; sintonia entre comportamentos gerenciais e diretrizes de RH; conexão da força de trabalho com metas institucionais.

No contexto da gestão por resultados e da administração de pessoal, julgue o item seguinte.

101. A eficiência, medida-chave na administração pública, assim como no setor privado, consiste em utilizar os recursos disponíveis de forma ótima para atingir metas organizacionais, que, em ambos os setores, estão associadas exclusivamente à produtividade.

Julgue o seguinte item sobre administração pública.

102. A cultura organizacional possui três camadas, sendo os artefatos, por integrarem o nível mais profundo, a base essencial dessa cultura.

No contexto de desenvolvimento de pessoas e gestão por competências, julgue a afirmação.

103. O mapeamento de competências-chave da organização serve como base para avaliar necessidades de treinamento e favorece a harmonização entre as aspirações dos colaboradores e os objetivos da empresa.

No que se refere à gestão do conhecimento e construção coletiva nas organizações, julgue o item subsequente.

104. O aprendizado de ciclo duplo consiste na correção de erros organizacionais por meio da revisão de objetivos, políticas e procedimentos de trabalho.

Em relação ao comportamento organizacional, avalie o item a seguir.

105. O estilo de liderança transacional caracteriza-se por buscar mudanças disruptivas que transcendam as habilidades existentes da organização, encorajando as pessoas a contribuírem além do esperado.

No contexto do processo organizacional, julgue o item seguinte.

106. A etapa de planejamento não inclui a definição dos aspectos relacionados ao controle e à avaliação, uma vez que essas são fases conclusivas do processo.

No contexto do gerenciamento de conflitos organizacionais, julgue o item subsequente.

107. Dentre os benefícios do gerenciamento adequado de conflitos, destacam-se o incentivo à inovação, o aprimoramento de competências e a otimização de processos internos.

No contexto da gestão de processos e contratos, julgue o item.

108. O ciclo PDCA é uma metodologia gerencial que busca identificar e organizar as etapas de um processo de solução de problemas, visando à melhoria contínua por meio da execução cíclica e eficiente de ações planejadas.

No contexto de estrutura organizacional, comportamento organizacional e análise e melhoria de processos, julgue o item subsequente.

109. As organizações, enquanto sistemas abertos, são formadas por elementos interdependentes que atuam de maneira coordenada para alcançar um propósito compartilhado.

Em relação à modelagem e mapeamento de processos de negócio, julgue o item a seguir.

- 110.** A definição de indicadores de processos deve limitar-se a aspectos internos da organização, a fim de assegurar confiabilidade na medição de desempenho.

Julgue o seguinte item sobre gestão de riscos no setor público e políticas judiciárias no Brasil.

- 111.** Enquanto a governança identifica e avalia riscos, a gestão tem como função demandar esse processo avaliativo.

Julgue o item sobre gestão do conhecimento, informação, documentos e gestão de riscos.

- 112.** A fase de contextualização no gerenciamento de riscos inclui a compreensão dos ambientes interno e externo e o estabelecimento de parâmetros de risco que impactam o alcance dos objetivos da organização.

Julgue o item sobre governança no setor público.

- 113.** Uma das orientações da gestão é estabelecer formalmente e divulgar de maneira transparente as funções e responsabilidades das instâncias internas e de suporte à governança.

Julgue o item sobre gestão de pessoas e mudança organizacional.

- 114.** Tanto as inovações tecnológicas quanto a adoção de equipamentos modernos atuam como fatores impulsionadores das transformações organizacionais.

Julgue o item sobre estruturas organizacionais e departamentalização.

- 115.** A departamentalização funcional é recomendada como critério em ambientes dinâmicos e instáveis, que demandam a execução frequente de tarefas inéditas.

GESTÃO DE RISCO. CONTROLE INTERNO

Guilherme Santanna

Julgue o item a seguir, conforme as publicações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

- 116.** No que se refere à gestão de riscos corporativos e à representação tridimensional dos seus componentes essenciais, julgue o seguinte item.

O risco residual é a parcela que resta após a administração ter adotado medidas para alterar a probabilidade ou o impacto dos riscos.

- 117.** O monitoramento pode ser conduzido por meio de atividades contínuas ou de avaliações independentes. Quanto maior o alcance e a eficácia do monitoramento contínuo, maior a necessidade de avaliações independentes.

- 118.** Entre as quatro categorias de objetivos organizacionais estabelecidas pelo COSO ERM inclui-se a categoria dos objetivos operacionais, cujo propósito é viabilizar o atingimento de metas no nível mais elevado, alinhando-se e fornecendo apoio à missão.

- 119.** O componente do gerenciamento de riscos corporativos denominado avaliação de riscos permite que a organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar o atingimento de seus objetivos.

- 120.** O cubo representativo da matriz tridimensional da gestão de riscos e de controles internos compreende as faces de objetivos, componentes e unidades organizacionais.

Discursiva

Uma das áreas mais estudadas em gestão de pessoas é a administração de conflitos nas organizações. À medida que as empresas mergulham em um ambiente externo cada vez mais competitivo e exigente, inevitavelmente, o ambiente interno também é afetado, afinal, são as pessoas que conduzem as organizações. Além disso, problemas decorrentes de relacionamento interpessoal, estresse, problemas de saúde, familiares, relações de poder e reflexos decorrentes do estilo de administração e de estrutura adotada pela empresa são também fatores geradores de conflitos entre as pessoas no ambiente de trabalho. Para lidar com tudo isso, não existe uma receita única e padronizada em que o setor de gestão de pessoas pode se apoiar, no entanto, é importantíssimo entender qual é o fator desencadeador de todo esse processo e trabalhar na fonte do problema.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre o tema **administração de conflitos**, respondendo, necessariamente, aos seguintes pontos:

- As diferentes percepções quanto ao papel dos conflitos nas organizações;
- O processo de conflito e seus níveis de gravidade;
- As abordagens sobre como podem ser administrados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
